

# “NÃO PODE ESSA PALAVRA”: MEDO E RETALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO CIDADÃ BRASILEIRA

**GIÁCOMO RABAIOLI RAMOS**  
UNIVERSITY OF WISCONSIN–MADISON  
giacomo32@gmail.com

## INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Em uma pesquisa do Instituto Latinobarómetro em 2023, apenas 48% dos entrevistados em toda a América Latina afirmaram apoiar a democracia, representando uma queda comparada a 63% em 2010. No Brasil, 54% dos entrevistados não disseram preferir a democracia a outras formas de governo. Em meio ao enfraquecimento do suporte à democracia, governos e organizações não-governamentais (ONGs) têm criado programas de educação cidadã para fortalecer uma cultura democrática. Nesse contexto, a educação cidadã é vista como “os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que se espera que crianças aprendam para serem virtuosas e membros civicamente produtivos da sociedade” (LEVINSON, 2014). No Brasil, ONGs têm implementado currículos de educação cidadã em escolas públicas através de parcerias com secretarias de educação.

Em estudos anteriores, pesquisadores analisaram o impacto de programas de educação cidadã liderados pelo governo ou por ONGs nos comportamentos cívicos dos estudantes, além das versões de cidadania que esses projetos promovem (e.g., SAMPAIO; SIQUEIRA, 2013; THAIYALAN; CHOO, 2023). Todavia, parcerias para educação cidadã entre ONGs e governos ainda não foram analisadas. Ademais, como Rebecca Evans (2024) argumenta, poucos estudos sobre programas de educação cidadã abordam as *ideologias* que esses programas promovem. Ao investigar esses paradigmas, pesquisadores podem elucidar como os criadores e apoiadores de programas de educação cidadã avançam suas perspectivas sobre a democracia e navegam possíveis coações ideológicas (WESTHEIMER, 2024).

Sendo assim, o propósito deste estudo de caso é entender como a Politize!—a maior ONG de educação cidadã no Brasil—tem navegado essas coações ao desenvolver parcerias com secretarias estaduais de educação e promover seu programa de educação



cidadã (chamado Escola da Cidadania Ativa!) em escolas públicas de ensino médio. O processo de formação de parcerias é analisado por meio de documentos e entrevistas. Ademais, são investigadas as forças que influenciam a concepção de cidadania promovida pela Politize!, utilizando-se um aporte teórico baseado na análise de Louis Althusser da educação como um aparelho ideológico de Estado e nos arquétipos de cidadania desenvolvidos por Joel Westheimer e Joseph Kahne em suas pesquisas sobre educação cidadã. Westheimer e Kahne (2004) argumentam que os cidadãos idealizados por programas de educação cidadã podem ser categorizados em três arquétipos: o cidadão pessoalmente responsável, que obedece às leis e respeita o próximo; o cidadão participativo, que conhece mecanismos de participação política por meio de instituições públicas e organizações comunitárias; e o cidadão orientado à justiça, que busca entender e solucionar as raízes de problemas sociais. Utilizando essas teorias, são feitas três perguntas: primeiro, como a Politize! idealiza a educação cidadã e quais arquétipos são (ou não são) explorados? Segundo, como os burocratas das secretarias parceiras da Politize! idealizam a educação cidadã e quais fatores influenciam a adoção e possíveis adaptações do currículo da Politize! pelas secretarias? Por fim, quais são as consequências dessas adaptações para a educação cidadã?

## DESENVOLVIMENTO

Para responder às perguntas de pesquisa, primeiramente, foram analisados os Termos de Cooperação que formalizam as parcerias entre a Politize! e as secretarias estaduais de educação. Os Termos de Cooperação são documentos disponíveis publicamente e providenciam a linguagem oficial sobre os objetivos da Escola da Cidadania Ativa! em cada estado parceiro.

Para além da análise documental, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com seis funcionários da Politize! e seis burocratas de secretarias de educação. A seleção de entrevistados ocorreu por amostragem por conveniência, garantindo que os entrevistados fossem conectados à Escola da Cidadania Ativa! Todas as secretarias estaduais com que a Politize! tem ou já teve parceria—no Acre, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, São Paulo e Sergipe—foram contatadas, resultando em entrevistas com secretarias de educação em quatro estados: Acre, Amazonas, Mato Grosso e Sergipe.



Os documentos e as entrevistas foram analisados por codificação dedutiva e indutiva. Por meio de códigos dedutivos, trechos dos Termos e das entrevistas foram catalogados conforme os arquétipos de Westheimer e Kahne (2004). Entretanto, para tornar a análise mais robusta, temas emergentes—como o medo de retaliação ao abordar assuntos como gênero e raça no currículo—também foram codificados.

Os Termos de Cooperação e as entrevistas evidenciam que diversos funcionários da Politize! e burocratas têm interesse na promoção dos três tipos de cidadania descritos por Westheimer e Kahne. Por exemplo, as cidadanias pessoalmente responsável e participativa fazem parte da visão de cidadania descrita por um funcionário da Politize!:

Um cidadão que tenha os conhecimentos, a parte cognitiva mínima desenvolvida, que aí tem a ver com a cultura política. A partir disso, ele [...] vai cumprir seus deveres [...] mas mais do que isso, por meio do conhecimento ele entender e se empoderar e ver que é possível participar.

Similarmente, os Termos de Cooperação e três burocratas entrevistados utilizaram palavras como “solidariedade”, “ética” e “empatia”—as quais fazem parte dos ideais da cidadania pessoalmente responsável—para descrever um cidadão ideal. Ademais, dois burocratas trouxeram exemplos de ações típicas de um cidadão participativo, como:

Quando ele começa a entender que aquilo ali tem coisas que não estão legais ali, como é que a gente pode fazer? [...] Vamos fazer uma coisa legal em um assunto específico, já que talvez tenha casos de violência. Vamos chamar alguém para fazer uma palestra sobre violência aqui para a gente? [...] Eu acho que quando eles começam a entender isso aí, esse movimento, aí eles começam a se organizar com líderes de turma, com grêmios escolares, sabe?

Para além de valores como respeito ao próximo e ações comunitárias dentro e fora da escola, vários entrevistados expressaram interesse em encorajar o pensamento crítico sobre as raízes de problemas sociais. Por exemplo, um burocrata disse: “a gente está tentando preparar esses jovens para que ele tenha essa qualidade social, para que ele tenha essa visão cidadã, de equidade, de justiça curricular ou justiça social”. Portanto, diversos entrevistados demonstraram vontade de formar cidadãos orientados à justiça social, o terceiro arquétipo de cidadania de Westheimer e Kahne.

Todavia, vários funcionários da Politize! mencionaram que burocratas os impediram de abordar certos temas relacionados à justiça social, como questões de gênero. Um funcionário disse: “[as secretarias] estavam inegociáveis, entendeu? Não



adiantava a gente explicar: ‘aqui, a gente quis dizer isso’. Eles falam: ‘não pode essa palavra’”. Outro funcionário comentou sobre uma secretaria:

Pessoas dessa secretaria disseram para a gente [...] que existem um grupo de deputados do control-F, que que era isso, assim, são deputados que pegam, ficam olhando alguns materiais [...] e jogando control-F em palavras que podem ser consideradas polêmicas, tipo gênero, questões mesmo de raça, enfim, e aí a secretaria trouxe para a gente, que falou: ‘olha, a gente vai tomar cuidado, tem que evitar o uso da palavra gênero nos materiais’”.

Sendo assim, apesar de funcionários da Politize! e burocratas demonstrarem interesse em formar cidadãos que pensem criticamente sobre desigualdades como as de gênero e raça, esses temas foram atenuados ou excluídos da Escola da Cidadania Ativa! para evitar possíveis retaliações advindas de grupos políticos aversos a pautas tradicionalmente “esquerdistas”, como a chamada “ideologia de gênero”.

## CONCLUSÕES

Percebe-se que enquanto o currículo da Escola da Cidadania Ativa! busca promover um cidadão que respeita a lei e participa de ações políticas que se enquadram nos sistemas político e socioeconômico existentes (como o voto), ele não cultiva um cidadão orientado à justiça, que critique as raízes de desigualdades. Essa lacuna resulta de um medo compartilhado por funcionários da Politize! e por burocratas de uma possível retaliação por grupos políticos conservadores. Portanto, a Escola da Cidadania Ativa! evita temas “polêmicos” sobre justiça e corrobora a manutenção de estruturas socioeconômicas e políticas, mesmo quando estas contribuem para a permanência de desigualdades. Nesse contexto, a educação cidadã acaba servindo, como teorizado por Althusser (1971), como um aparelho ideológico de Estado.

Sendo assim, este estudo ilustra como ideologias conservadoras limitam a educação cidadã orientada à justiça em escolas públicas e, conseqüentemente, restringem uma democracia mais justa. Conseqüentemente, ficam em aberto questionamentos sobre em que contextos uma educação cidadã orientada à justiça pode florescer, seja em escolas ou outros ambientes educacionais.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Lenin and philosophy and other essays**. New York: Monthly Review Press, 1971.



LEVINSON, M. **Citizenship and Civic Education**. Thousand Oaks: Sage, 2014. (Nota técnica).

SAMPAIO, T.; SIQUEIRA, M. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 380–402, 2013.

THAIYALAN, S. G.; CHOO, L. W. A “good” neoliberal citizen: A policy analysis of conceptions of young Singaporean citizens. **Policy Futures in Education**, v. 22, n. 6, p. 1169–1185, 2023.

WESTHEIMER, J. **What kind of citizen?: educating our children for the common good**. 2. ed. New York: Teachers College Press, 2024.

WESTHEIMER, J.; KAHNE, J. What Kind of Citizen? The Politics of Educating for Democracy. **American Educational Research Journal**, v. 41, n. 2, p. 237–269, 2004.

